

Pobreza supera 40% em 14 dos 27 Estados, aponta FGV Social

valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/30/pobreza-supera-40-em-14-dos-27-estados-aponta-fgv-social.ghtml

O avanço da parcela da população pobre no Brasil revela uma situação ainda mais crítica quando se observa a situação sob a ótica regional. Das 27 unidades da federação, 14 têm mais de 40% de sua população na pobreza. Em quatro Estados, o percentual supera 50%: Maranhão (57,90%), Amazonas (51,42%), Alagoas (50,36%) e Pernambuco (50,32%). Os dados são de estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), a partir de microdados da Pnad Contínua, do IBGE.

Na média brasileira, a parcela era de 29,62% em 2021, ou quase um terço da população, ante 25,08% em 2019, antes da pandemia. Ao todo, eram 62,9 milhões de brasileiros em 2021 nesta situação, 9,6 milhões a mais que em 2019. Por essa classificação, pobres são aqueles que vivem com menos de R\$ 497 per capita/mês a preços do quarto trimestre de 2021, US\$ 5,50 por dia.

A linha de corte de R\$ 497 per capita mensal por mês é a mais alta para se classificar o contingente de pobres no país e segue os critérios internacionais de pobreza. Pelo Auxílio Brasil só é considerado pobre quem vive com menos de R\$ 210 per capita por mês a preços do quarto trimestre de 2021.

Além dos quatro piores, a situação é crítica em Sergipe (48,17%), Bahia (47,33%), Paraíba (47,18%), Pará (46,85%), Amapá (46,80%), Roraima (46,16%), Ceará (45,89%), Piauí (45,81%), Acre (45,53%) e Rio Grande do Norte (42,86%).

“O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número representa 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia”, afirma o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social e responsável pelo levantamento.

Das 27 unidades da federação, 25 registraram aumento da fatia da população na pobreza entre 2019 e 2021. A pior evolução dos indicadores de pobreza no período da pandemia foi observada em Pernambuco, com um aumento de 8,14 pontos percentuais: a participação dos pobres subiu de 42,18% em 2019 para 50,32% 2021.

Outros Estados tiveram ampliação expressiva da parcela de pobres: Rondônia (25,19% para 31,65%), Espírito Santo (21,38% para 27,30%), Bahia (42,43% para 47,33%) e Minas Gerais (20,94% para 25,25%). As únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (34,54% para 33,59%) e Piauí (45,84% para 45,81%). 0,03 pontos percentuais).

A menor taxa de pobreza em 2021 - como já tinha ocorrido entre 2012 e 2020 - foi de Santa Catarina, com 10,16% vivendo com menos de R\$ 497 por mês, seguida por Rio Grande do Sul (13,53%) e Distrito Federal (15,70%).

Para além do recorte por unidades da Federação, o estudo do FGV Social também traz informações para 146 estratos geográficos brasileiros, ou seja, áreas específicas em que é possível ver a evolução dos indicadores. Nesta base de comparação, a maior taxa de pobreza em 2021 era observada no litoral e baixada maranhense, que tinha 72,59% de sua população vivendo com menos de R\$ 497 per capita por mês. Por outro lado, aquele com menor fatia da população está no município de Florianópolis, com 5,7%.